

Para diretor da Hoechst, sangue foi 'estatizado'

DACIO NITRINI
Da Reportagem Local

Entidades médicas e a indústria farmacêutica interpretam de forma diferente o trecho relativo à comercialização de derivados de sangue do texto aprovado na terça-feira pelo Congresso constituinte. O diretor do departamento de marketing da Hoechst do Brasil, médico Eldo Amilcar Franchin, afirma que ele é estatizante. Já para Celso Guerra, diretor da Associação Paulista de Medicina, vale só o espírito da lei que seria o de reforçar o sentimento nacional contra a doação remunerada.

O texto do 4º parágrafo do artigo 233, relativo à seção Saúde, deixa para a legislação ordinária "dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, vedado todo tipo de comercialização".

Representantes de todos os setores envolvidos com o tema estarão reunidos entre os próximos dias 25 e 26, em Brasília, para redigir um novo texto da chamada Lei Henfil, que engloba as ações relativas ao sangue. O especialista Nelson Hamerschlag, do Hospital Albert Einstein e representante da Associação Médica Brasileira, conta que há unanimidade quanto à proibição do comércio do sangue, normas que regulem o funcionamento de bancos e o estabelecimento de penalidades para os que agirem irresponsavelmente no trato do produto e seus derivados.

Um aspecto chave deverá ser definido nesta legislação, espera Hamerschlag. É saber exatamente o que é um derivado de sangue. Ele explica que há produtos essenciais que são impossíveis de se obter usando a estrutura de um banco de sangue porque devem ser produzidos em esquemas industriais.

Pessoas que sofrem grandes sangramentos e entram em choque necessitam de um produto chamado albumina, obtido através do processamento de plasma, que é um dos componentes do sangue. Crianças e

idosos que têm baixa resistência às infecções precisam tomar imunoglobulina, outro remédio conseguido através do fracionamento de sangue. E hemofílicos, de "fatores de coagulação", também resultantes de processamento de sangue.

Esses produtos são escassos no mercado. O governo tem sido obrigado a importá-los para tentar suprir emergências. As quatro indústrias localizadas no Brasil não têm tido capacidade para atender a demanda por um motivo simples: o medo descabido de contrair Aids afastou doadores dos bancos de sangue e, conseqüentemente, não há plasma, matéria-prima, suficiente para a produção dos medicamentos.

Os bancos de sangue não vendem plasma para as indústrias, diz a Hoechst. Eles fornecem o produto em troca de remédios ou de equipamentos. O sangue, portanto, já não tem valor monetário. Apenas para efeito comparativo, o gerente da Hoescht calcula que cada grupo de 4 doadores pode fornecer cerca de 1 litro de plasma que, na base de troca com um banco de sangue de hospital, vale um frasco de 10 gramas de albumina. No mercado, esse frasco custa entre Cz\$ 13 mil e Cz\$ 14 mil.

É exatamente essa falta de medicamentos à base de sangue, essenciais nas emergências de qualquer pronto-socorro, que está sendo apontada como o fator que impediria na prática a estatização. "Se hoje o governo já tem que importar esses produtos para suprir nossa necessidade como ele faria, passaria a importar tudo para sempre", pergunta Guerra.

Na Hoescht, 1,5% do faturamento é alcançado através dos hamoderivados. "É tão pouco que, para nós, não haveria problemas em parar com a produção", diz o diretor de marketing Franchin. Mas ele critica o texto aprovado: "a curto prazo, a estatização da produção de hemoderivados é tão viável quanto o tabelamento de juros".

A mudança de apenas uma palavra resolveria tudo para Franchin. Se ao invés de usarem a expressão "sangue e seus derivados" usassem "sangue e seus componentes" no texto, os constituintes não teriam incluído o plasma na estatização. Por outro lado, só o governo seria fornecedor dessa matéria-prima para a indústria "e como se sabe ele não pode ser chamado de um bom pagador", diz o diretor da Hoescht.

Ministro quer disciplinar a prestação de serviços de saúde

Do Sucursal de Brasília
e da Reportagem Local

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, elogiou ontem o texto da seção "Da Saúde", aprovado pelo Congresso constituinte na última terça-feira, mas criticou a forma de implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) nos Estados e municípios. Segundo o ministro, não há um comando único a nível federal porque "ninguém quer perder poder. Precisamos disciplinar isso e implantar o sistema", afirmou o ministro, ao referir-se a passagem dos serviços do Inamps à gestão estadual.

Borges solicitou a sua assessoria que prepare uma portaria estabelecendo as normas e critérios para a prestação de serviços em nível estadual. Ele defendeu a unificação do sistema no governo federal: "Hoje as secretarias estão mais vinculadas ao Inamps, mas sempre foram ligadas ao Ministério da Saúde, que deve ser a cabeça do sistema", afirmou, acrescentando que a implantação do Suds deveria ser gradual e partir de um projeto piloto. "Implantá-lo em quatro meses foi um erro", disse.

O secretário de Saúde do Distrito Federal, Laércio Valença, rebateu as afirmações do ministro: "Se o Suds não tivesse sido implantado na marra, o texto da Constituição seria diferente." Valença disse que o governo federal é incapaz de gerir hospitais.

Entidades

Os pontos aprovados antecorrem pela plenário do Congresso constituinte foram considerados satisfató-

rios pelas entidades médicas. Para Chafic Farhat, 43, presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo e secretário da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, foi a vitória do bom senso, para melhorar o atendimento médico hospitalar à população.

Sobre a não destinação de recursos públicos à rede privada, Chafic Farhat disse que os hospitais particulares "jamais receberam um tostão do governo de graça". Segundo ele, 4% dos leitos que existem no Brasil foram construídos com ajuda do Fundo de Assistência Social (FAS), "em forma de empréstimo".

Nelson Proença, 56, presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), disse que foi uma decisão sem radicalismos. "Não houve a estatização, como queriam alguns radicais de esquerda, nem a privatização", disse. Mas se o texto aprovado, "não tiver recursos suficientes e competência administrativa, não vai sair do papel", disse.

Empresas estrangeiras

A proibição de empresas estrangeiras no serviço de saúde (que hoje ocupam 2% do total), conforme foi aprovado, não vai afetar o atendimento ao público, disse Proença. Segundo ele, estas empresas "encontrarão uma forma contornar a situação".

Nelson Proença não acredita que outras empresas estrangeiras queiram investir em saúde no Brasil. Segundo ele, nos países desenvolvidos, como Estados Unidos, o investimento chega a US\$ 1 mil (Cz\$ 150 mil) ano/pessoa, enquanto no Brasil o governo investe US\$ 50 (Cz\$ 7,5 mil) ano/pessoa.

